

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA|UFU
CURSO DE HISTÓRIA

Matheus Vieira Marques

Marx e a história: uma análise da concepção marxiana de história

Uberlândia – MG, 2025.

Matheus Vieira Marques

Marx e a história: uma análise da concepção marxiana de história

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia – MG

2025

Matheus Vieira Marques

Marx e a história: uma análise da concepção marxiana de história

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História, sob orientação de Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

Uberlândia, 2025.

Para todos que lutam por um mundo melhor.

Dedicatória

Ao iniciar esse texto, me lembro dos agradecimentos que Clarice Lispector, em sua obra *A Hora da Estrela*, faz “a todos esses que em mim atingiram zonas assustadoramente inesperadas, todos esses profetas do presente e que a mim me vaticinaram a mim mesmo a ponto de eu neste instante explodir em: eu. Esse eu que é vós pois não ser apenas mim, preciso dos outros para me manter de pé, tão tonto que sou, eu enviesado”. Tal como Lispector, eu não serei quem sou hoje sem as pessoas que, de diversas formas, me formaram – seja na vida pessoal ou intelectual.

Portanto, começo este trabalho dedicando-o à minha avó, que me apoiou em toda a minha vida, em todos os caminhos que trilhei e decisões que tomei. Agradeço-a por cuidar de mim, por me apoiar e por me amar. Oscar Wilde escreveu que “o Amor é mais sábio que a Filosofia, ainda que esta seja sábia, e mais poderoso que a Força, ainda que esta seja poderosa”. Quando penso em minha avó, sei que Wilde estava certo.

Agradeço também à minha mãe, que sempre me incentivou e esteve comigo. Não consigo pensar em alguém com mais garra que ela, que sempre deu tudo de si para possibilitar que eu realizasse meus sonhos. Foi com minha mãe que eu aprendi a sorrir para as horas difíceis, pois ela sempre teve aquela estranha mania de ter fé na vida.

Não posso me esquecer que também contei com apoio da família e amigos durante esse período. Agradeço às minhas madrinhas e ao meu padrinho, por terem me apoiado nessa jornada, e aos meus tios e tias que sempre estiveram comigo. Dedico este trabalho também aos amigos que me acompanharam nesses anos, seja na sala de aula, no movimento estudantil ou nas mesas de bares.

Enquanto escrevo isso, estou ouvindo uma música da Lady Gaga, o que me faz pensar que não posso deixar de agradecê-la – afinal, foi sua arte que salvou minha vida em diversos momentos e me acompanhou nos períodos mais desafiadores do curso. Estou plenamente consciente de que isso pode soar cafona – mas foi a própria Lady Gaga que me ensinou que tudo pode ser um pouco *camp*, mesmo um trabalho de conclusão de curso. De qualquer forma, não há muito o que fazer: *I was born this way, baby*.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores que me inspiraram nessa jornada e que tornaram esse trabalho possível. É impossível nomear todos que contribuíram de alguma forma em minha trajetória, mas penso em pelo menos três nomes que foram fundamentais para mim

enquanto aluno: Roselane, minha professora de filosofia do Ensino Médio, que aguçou minha curiosidade e me incentivou a buscar conhecimento; Jefferson Viel, com quem fiz meu primeiro projeto de Iniciação Científica e cujos temas discutidos nele culminaram nesse artigo; Sérgio Paulo, meu orientador, que possibilitou que este trabalho se concretizasse.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
CAPÍTULO 1 – HEGEL, MARX E A HISTÓRIA.....	9
1.1 – O filósofo entre o presente e o futuro.....	9
1.2 – A consciência e a inconsciência na história.....	14
CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	16
3.1 – Proposta de plano de aula sobre o tema para discussão em sala de aula.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

Introdução

A história tem um sentido? Por um longo tempo, diversos filósofos responderiam, de forma inequívoca, que sim. Tratava-se da era das filosofias da história, em que Kant e Hegel inauguraram seus sistemas e tentaram responder a essa questão.

De acordo com Pawlaczyk (2021), desde o início do século XVIII o tema da história era tratado a partir das perspectivas da socialização e da emancipação. Essa concepção pode ser percebida em autores como Vico e Voltaire, que relacionavam a história à emancipação humana. Pawlaczyk defende que em Voltaire e Vico, embora a história seja relacionada à emancipação humana, esse processo depende da própria ação humana para se realizar, constituindo mais uma capacidade humana de transformação que uma necessidade. No entanto, “ao final do século XVIII, nos trabalhos de Herder e Condorcet, o auto-melhoramento histórico adquire um senso de necessidade” (p. 12). E com Hegel, finalmente, consolida-se uma filosofia da história que vê a realização do progresso histórico rumo à liberdade como uma coisa automática, um processo dirigido pela Razão.

Karl Marx, um herdeiro de Hegel em muitos sentidos, é constantemente acusado de compartilhar da visão de seu antecessor, conferindo à história um viés teleológico. De acordo com Raymond Aron, Marx “tem a pretensão de saber em que direção, rumo e com que objetivo o tumulto dos acontecimentos arrasta uma humanidade inconsciente da sua própria história, revoltada contra os sofrimentos inúteis” (ARON, 1985, p.103). O comentário de Aron em relação a Marx revela a forma como o autor compreende a concepção de história do alemão: tratar-se-ia de uma filosofia da história. A última sentença sugere ainda que Marx considera os seres humanos como meros fantoches da História, um sujeito autônomo que arrasta a humanidade inconsciente para o seu objetivo universal.

Pretende-se, neste texto, compreender a relação de Marx com o tema da história, entendendo em que nível ela se assemelha às concepções presentes na filosofia da história hegeliana e em que medida ela é uma crítica a essa. Para tal, dever-se-á analisar a forma como Marx concebe que o futuro pode ser “previsto” – se como fatalidade ou enquanto possibilidade. Pretende-se, de forma semelhante, trabalhar a perspectiva marxiana sobre o papel da consciência na história, para compreender em que medida a tese de que os homens são arrastados inconscientemente para o objetivo final se sustenta, e em que medida os homens detém o controle de seu destino.

Considera-se que o objetivo aqui proposto tem um papel importante na formação de professores de história, na medida em que se busca discutir o que é a história em si - um ponto que, embora muitas vezes dado como sabido, é poucas vezes explicitado. Busca-se, portanto, fazer uma análise de respostas possíveis para a pergunta e considerá-las de forma rigorosa, chegando a uma resposta que mesmo que não definitiva, se mostre satisfatória.

Portanto, o projeto será dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo será discutido as diferenças entre a filosofia marxista e hegeliana, tal como suas concepções de história. No segundo capítulo, será apresentada uma sequência didática pensada para trabalhar o tema em sala de aula. Por fim, buscaremos apresentar as conclusões do tema discutido e sua importância para a formação de professores de história.

CAPÍTULO 1 – HEGEL, MARX E A HISTÓRIA

Neste capítulo, faremos uma breve análise das concepções marxista e hegeliana da história, de modo a compreender seus pontos de semelhança e diferenças. Para tal, trabalharemos com o conceito de dialética, contradição e mudança. Os conceitos de inconsciência e consciência também serão invocados para compreender as possibilidades e limites da atuação humana livre no curso da história.

1.1 O filósofo, o presente e o futuro

A famosa frase de Hegel, segundo a qual “O que é racional é real e o que é real é racional” (HEGEL, 1997, p. 36), foi e permanece sendo objeto de polêmica. Na atualidade, é comum interpretar tal frase como uma legitimação do existente, e, portanto, conservadora. Losurdo (2019), em seu livro *Hegel e a Liberdade dos Modernos*, contesta essa interpretação, apontando o caráter revolucionário da sentença. A interpretação fornecida por Losurdo não é nova, mas se apoia na forma como a declaração era lida pelos jovens hegelianos em geral, e por Engels em particular, que a concebia como aquela que exprimia o conteúdo mais revolucionário da filosofia hegeliana. Como pode, no entanto, uma frase que afirma que o real é racional e o racional real, ser concebida dentro de uma tradição revolucionária? Para responder a esta questão, faz-se importante analisar o que Hegel concebe enquanto realidade (*Wirklichkeit*), diferenciando-a da mera imediatez empírica.

De acordo com Marcuse, a função do negativo é central na dialética hegeliana, na medida em que todo ente é a negação daquilo que ele pode ser, sendo assim um outro de si mesmo (MARCUSE, 2014, p.258.). Em Hegel, portanto, a imediatez empírica não possui autoridade, uma vez que todo ente difere daquilo que poderia ser caso realizasse suas potencialidades. O pensador alemão compreende que o conceito atinge sua realização negando sua forma meramente abstrata e se objetivando no mundo – e conforme Losurdo nota, o filósofo esclarece no prefácio de *Princípios da Filosofia do Direito* que nada é real (*wirlich*) senão a Ideia (LOSURDO, 2019, p.91). O italiano nota ainda que *Wirklichkeit* possui um sentido de movimento, o que faz com que o tornar-se racional do real seja um processo. A filosofia

hegeliana vê a exteriorização do Espírito no mundo como um processo por meio do qual ele se nega, mas ao negar-se, também se realiza – e só negando a si mesmo se realiza de fato.

Considera-se, portanto, que a declaração de Hegel deve ser analisada em consonância com a afirmação presente em *A Razão na História*, na qual o alemão declara que

a Razão não é tão impotente para produzir apenas o ideal, a intenção, permanecendo em uma existência fora da realidade – sabe-se lá onde – como algo característico nas cabeças de umas poucas pessoas. Ela é o conteúdo infinito de toda a essência e verdade, pois não exige, como o faz a atividade finita, a condição de materiais externos, de meios fornecidos de onde extrair-se o alimento e os objetos de sua atividade; ela supre seu próprio alimento e sua própria referência. E ela é forma infinita, pois apenas em sua imagem e por ordem sua os fenômenos surgem e começam a viver.' É a sua própria base de existência e meta final absoluta e realiza esta meta a partir da potencialidade para a realidade, da fonte interior para a aparência exterior, não apenas no universal natural, mas também no espiritual, na história do mundo (HEGEL, 2004, p.53)

Compreendendo-se que a Razão não permanece no plano meramente subjetivo do pensamento, mas se objetiva no mundo, a constatação que a realidade é racional pode ser entendida não no sentido de que o meramente existente representa o movimento final e absoluto da Razão, mas antes como a percepção de um processo por meio do qual esta se objetiva no mundo, em lugar de permanecer no simples plano do pensamento. Tal interpretação encontra fundamento em outro momento que Hegel utiliza a frase – conforme nota Losurdo, em uma das suas lições, o alemão afirma “O que é racional acontece necessariamente” (LOSURDO, 2019, p.90).

Ora, compreendida em tal contexto, pode-se conceber que a afirmação de Hegel não expressa uma legitimação absoluta do existente, mas antes uma visão filosófica que entende a realidade como um movimento pelo qual a Razão se objetiva no mundo. Neste contexto, pode ser compreendida a afirmação de Engels, de acordo com a qual

segundo Hegel, a realidade não é de modo nenhum um atributo que caiba a um estado de coisas social ou político dado em todas as circunstâncias e em todos os tempos. Pelo contrário. A república romana era real, mas o império romano que a suplantou também. A monarquia francesa, em 1789, tinha-se tornado tão irreal, isto é, tão desprovida de toda a necessidade, tão irracional, que tinha de ser aniquilada pela grande revolução, de que Hegel sempre fala com o maior entusiasmo. Aqui, portanto, a monarquia era o irreal, a revolução o real. E, assim, no curso do desenvolvimento, todo o anteriormente real se torna irreal, perde a sua necessidade, o seu direito de existência, a sua racionalidade; para o lugar do real que está a morrer entra uma nova realidade, [uma realidade] viável — pacificamente, se o antigo é suficientemente inteligente para morrer sem resistência; pela força, se ele se barrica contra essa necessidade. E, assim, a proposição de Hegel inverte-se, pela própria dialética de Hegel, em seu contrário: tudo o que no domínio da história humana é real torna-se, com o tempo, irracional, é portanto já por destinação irracional, está de antemão

contaminado de irracionalidade; e tudo o que na cabeça dos homens é racional está destinado a tornar-se real, por muito que isso também possa contradizer a realidade aparente existente. A proposição da racionalidade de todo o real resolve-se, segundo todas as regras do método de pensar de Hegel, nesta outra: tudo o que existe merece perecer. (ENGELS, 2020, p.378).

O real, portanto, é racional – mas só é racional no seu devir, em seu processo de se tornar racional. Em tal processo, o antigo perde a realidade para dar lugar ao novo. Losurdo observa que Hegel afirma, analisando a época da revolução cristã, que o Estado romano não constituía mais uma realidade, mas mera aparência vazia, uma vez que ele estava em si mesmo destruído (LOSURDO, 2019, p.97). A negatividade, neste sentido, não é uma mera atividade subjetiva do sujeito que nega o existente, mas algo inerente à objetividade. Tal visão explica o motivo pelo qual Engels considerava que tal frase exprimia o conteúdo mais revolucionário da filosofia hegeliana: o revolucionário não se limita a negar subjetivamente a imediatez existente, mas destrói aquilo que já estava destruído, negando aquilo que nega a si mesmo.

Com isso em mente, é possível analisar os pontos de semelhança entre Hegel e Marx. De acordo com Marcuse, Marx foi inicialmente motivado pelo mesmo dado que Hegel – o caráter negativo da realidade (MARCUSE, 1978, p.285). Marx, tal como Hegel, busca ver além do movimento já realizado, procurando compreender também aquilo que repousa nas potencialidades do real, e que se ainda não é, já pulsa por trás daquilo que é. Tal posição é confirmada em *A Ideologia Alemã*, onde o pensador defende que “o comunismo não é para nós um estado que deve ser estabelecido, um ideal para o qual a realidade terá de se dirigir. Denominamos o comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual” (MARX, ENGELS, 007, p.38). Percebe-se, portanto, que o autor considera o comunismo não como um mero postulado moral que nega de forma subjetiva a sociedade existente, mas como um movimento real que surge a partir da negação que tal sociedade produz no interior de si mesma. Em suma, pode-se dizer que o comunismo surge das antíteses produzidas no interior do próprio sistema capitalista, e não meramente de uma verdade eterna, que ficou oculta da humanidade por um longo tempo, mas finalmente se revelou ao gênio de Marx.

Marx, entretanto, se diferencia de Hegel na medida em que a totalidade negativa em que o real se move se diferencia da totalidade hegeliana. Marcuse (2014) destaca que, para Hegel “a totalidade era a totalidade da razão, um sistema ontológico fechado, que acabava por se identificar com o sistema racional da história” (p.286). Marx, por outro lado, “desliga a dialética desta base ontológica. Na sua obra, a negatividade da realidade torna-se uma condição histórica que não pode ser hipostasiada como uma condição metafísica” (p.286). Em Marx, portanto, não

se pode falar de uma Razão que guia um processo histórico teleológico, uma vez que a dialética é desligada da base ontológica hegeliana e se torna uma condição histórica.

Portanto, cabe fazer uma breve análise comparativa da posição de Marx em relação à história. Encontra-se posições diferentes por parte do autor comunista em obras diferentes ou até dentro de uma mesma obra: é intrigante que no *Manifesto do Partido Comunista* Marx tenha escrito que “o declínio da burguesia e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (p.52) ao mesmo tempo que afirma a história de todas as sociedades é a da luta de classes e que essa é “uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (p.40). Portanto, Marx nega sua própria afirmação anterior de que a vitória do proletariado é inevitável, concebendo que existe também a possibilidade de destruição das duas classes em conflito.

Neste contexto, acreditamos que a noção de práxis, enquanto a ação livre por meio da qual o homem transforma o mundo e a si mesmo ao mesmo tempo, ajuda a compreender melhor a posição de Marx. O autor alemão entende que o embate entre proletariado e burguesia não é um objetivo universal da história, mas o produto de uma época histórica específica, na qual o proletariado se transforma por meio deste embate e se torna capaz de construir uma nova sociedade. A construção da nova sociedade não é uma fatalidade, mas uma possibilidade desenvolvida dentro de condições históricas determinadas. É significativa a declaração de Marx de acordo com a qual “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011, p.25). Desta forma, a transformação da sociedade é uma produção da práxis humana. Mas não se trata de uma produção plenamente livre, pois as formas de luta, seus objetivos e possibilidades de sucesso são delimitados pelas condições do presente – sendo o presente uma herança da práxis humana anterior, de ações subjetivas que se dão no interior de realidades objetivas e produzem novas objetividades.

A crítica à ideia de um curso geral da história que pode ser previsto pelo filósofo de maneira inequívoca recebe traços ainda mais consistentes nos anos finais de Marx. Em uma carta, escrita em resposta à redação de um jornal russo, Marx acusa os redatores de terem metamorfoseado seu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa em uma teoria histórico-filosófica do curso da história fatalmente imposta a todos os povos. Contrariando tal concepção, Marx diz

Em diferentes pontos de O Capital faz alusão ao destino que tiveram os plebeus da antiga Roma. Eles eram originalmente camponeses livres que cultivavam, cada qual pela própria conta, suas referidas parcelas. No decurso da história romana, acabaram expropriados. [...] Assim sendo, numa bela manhã (eis aí), de um lado homens livres, desprovidos de tudo menos de sua força de trabalho, e de outro, para explorar o trabalho daqueles, os detentores de todas riquezas adquiridas. O que aconteceu? Os proletários romanos não se converteram em trabalhadores assalariados, mas numa turba desocupada, ainda mais abjetos do que os assim chamados brancos pobres dos estados sulistas dos Estados Unidos, e ao lado deles se desenvolve um modo de produção que não é capitalista, mas escravagista. (MARX, ENGELS, 2013. p. 68-69).

Marx, neste sentido, esclarece que circunstâncias similares não geram sempre resultados iguais, e que, portanto, o futuro não pode ser previsto de forma inequívoca. Entretanto, Marx não se contenta em apenas conceitualizar o movimento que já se realizou – sua filosofia é uma filosofia da práxis, como diria Gramsci, e por isso ele concebe que os filósofos não podem se limitar a interpretar o mundo, mas precisam transformá-lo. Os homens, no entanto, só podem fazer sua história dentro de condições determinadas, e precisam conhecer a realidade em que vivem para transformá-la. Se é verdade, portanto, que o capitalismo produz sua própria negação no interior de si, e a crítica a ele não é simplesmente uma negação subjetiva por parte dos homens, tal sistema não terá fim a não ser pela ação humana revolucionária. De maneira semelhante, tal realidade só poderá ser efetivamente transformada a partir do conhecimento das condições de superação que objetivamente se apresentam. As contradições do capitalismo são realidades objetivas, e as suas possibilidades de transformação são também potencialidades objetivas, mas dependem da ação e da subjetividade humana para se realizarem.

1.2 A consciência e a inconsciência na história

O papel do homem na história é, desde muito tempo, objeto de discussão. Desde aqueles que afirmam que o homem não tem nenhum papel na história até aqueles que afirmam que o homem faz a história de forma totalmente livre e consciente, a discussão se arrastou através de figuras como Fichte, Hegel e Marx. De acordo com Leo Kofler, em seu livro *História e dialética*, Hegel tem o grande mérito de superar o idealismo subjetivo, realizando a passagem para o que ele chama de idealismo objetivo. Defender que os homens fazem sua história com plena consciência e liberdade seria, para esse autor, recair no idealismo subjetivista, uma vez que o próprio Hegel, a partir do conceito de “astúcia da Razão”, concebia que os resultados das ações dos homens poderiam ser totalmente diferentes daquilo que eles inicialmente desejavam (KOFLER, 2010, p.135).

De acordo com Hegel, as ações humanas na história “satisfazem a seus próprios interesses, mas alguma coisa mais é realizada nisso, algo latente na ação, ainda que não presente em sua consciência e não incluído em seus planos” (HEGEL, 2004, p.74). O filósofo concebe aqui que o Espírito se utiliza das paixões humanas para realizar seus objetivos, vindo a tomar consciência destes apenas após a sua realização. Kofler (2010) entende que na filosofia hegeliana os homens fazem a história apenas aparentemente, sendo arrastados inconscientemente para seu objetivo final. Hegel, entretanto, dá um passo importante no debate, ao conceber consciência e inconsciência não meramente como antíteses excludentes, mas como unidade dialética – isto é, unidade da contradição.

A estrutura dialética do pensamento de Marx permite que o filósofo, ao elaborar sua concepção de história, não ficasse preso na dualidade consciência e inconsciência enquanto conceitos excludentes, mas que percebesse ambas as coisas como unidade contraditória. De acordo com Kofler, Marx concebe que os homens fazem a história de forma inconsciente e consciente ao mesmo tempo – consciente pois os homens traçam objetivos, metas, e agem para alcançá-las; e inconsciente pois tais ações podem derivar em uma realidade que não estava prevista inicialmente (KOFLER, 2010, p.135). Deste modo, temos uma relação dialética entre contingência e lei, que consiste na oposição entre o processo objetivo e o capricho dos indivíduos, uma vez que os resultados podem transcender as intenções conscientes e se colocar de maneira inconsciente. Desta forma, o sujeito marxiano não se limita a conceitualizar o movimento que já se realizou, mas é ele próprio portador subjetivo do autoconhecimento

histórico do processo objetivo, que em cada instante histórico se torna momento necessário da autocriação dialético-legal deste processo.

Tal análise permite dizer que não podemos considerar que em Marx os homens sejam arrastados inconscientemente para a história, como se ela fosse um sujeito autônomo que se utiliza deles para realizar seus caprichos. Antes, a história no marxismo não é mais que o “suceder-se de gerações, na qual cada uma delas continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições” (ENGELS, MARX, 2007, p.40). Portanto, a atividade subjetiva cria um âmbito legal-objetivo, no qual a atividade subjetiva posterior poderá se mover. Por condições objetivas, esclarece-se, não se deve entender os fatores naturais, mas sociais – afinal, Marx concebe que não existe natureza intocada pela prática humana, e se é verdade que as leis naturais permanecem mais ou menos constantes, os homens transformam constantemente a forma pela qual se apropriam delas, sendo isto determinado pelo nível de desenvolvimento social alcançado.

Ainda mais significativo a respeito da ideia de que a história seria um sujeito autônomo que se utiliza dos homens para realizar seus objetivos, é a declaração explícita de Marx contra este pensamento, presente em *A Sagrada Família*. De acordo com o alemão

A História não faz nada, “não possui nenhuma riqueza imensa”, “não luta nenhum tipo de luta”. Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, o homem, o homem real, que vive; não é, por certo, a “História”, que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos (MARX, 2003, p. 111).

Portanto, pode-se dizer que a posição de Marx é mais um combate às filosofias da história que circulavam que uma continuação destas. Cabe, no entanto, pensar quais as possíveis contribuições destas questões para o ensino de história, assunto que pretendemos explorar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Em seu texto *Um olhar para a Base Nacional Comum Curricular a partir de experiências docentes: entre os dispositivos de controle e estratégias de resistência no ensino de história*, Carolina Othero (2023) “experiências históricas abordadas e dos conceitos mobilizados, que são “coisificados”, fixados e legitimados, sem serem vistos como objeto de problematização” (p.81). Tal aspecto é evidenciado quando o documento concebe que o primeiro procedimento que deve guiar o ensino de história é a “identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico” (BRASIL, . Percebe-se, portanto, que o documento possui tanto uma concepção de história definida quanto um local geográfico no qual essa história se passa, não abrindo espaço para a problematização.

Othero (2024) discute diversas estratégias que possibilitam subverter a lógica da BNCC, revertendo os silêncios esvaziamentos presentes nele. Pensando nessa proposta, montamos um plano de aula que permita discutir o conceito de história em sala, debatendo questões de linearidade, progresso e teleologia. Busca-se, dessa forma, possibilitar que o conceito de história não seja apenas aceito como dado, mas também problematizado.

Plano de Aula					
Disciplina:		História			
Ano (série):	2º ano	Nível:	Ensino Médio	Turno:	Matutino
Tema					
O QUE É HISTÓRIA?					
Objeto(s) de Conhecimento previsto(s) na BNCC					
Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.					

Objetivos

Objetivo geral:	Compreender o conceito de história
------------------------	------------------------------------

Objetivos específicos:	<p>1- Analisar as diversas visões existentes sobre a história ao longo dos anos.</p> <p>2- Compreender o que foram as filosofias da história.</p> <p>3- Discutir sobre a filosofia da história hegeliana.</p> <p>4- Debater a crítica às filosofias da história a partir da obra de Marx.</p>
-------------------------------	---

Habilidades Previstas na BNCC (com código)
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

Conteúdo
As filosofias da história
A filosofia hegeliana da história
A crítica marxista às filosofias da história

Metodologia
<p>1- Apresentação do tema (5 minutos): O professor introduzirá o tema perguntando aos alunos se eles sabem o que é história e permitindo que os estudantes emitam suas opiniões. (Recursos: voz, quadro e pincel)</p> <p>2- Abordagem inicial do tema (10 minutos): O professor começará a fazer uma análise das diversas formas possíveis de entender o conceito de história, com enfoque especial nas filosofias da história. (Recursos: voz)</p> <p>3- Discussão aprofundada do tema (10 minutos): O professor prosseguirá a análise aprofundando o tema e analisando a filosofia da história de Hegel. Será apresentada as características principais das filosofias da história, como a teleologia, a linearidade e a visão de progresso. (Recursos: voz)</p>

<p>4- Problematização (5 minutos): O professor irá problematizar as filosofias da história a partir da obra marxista, explicitando seus problemas e complicações. (Recursos: voz)</p> <p>5- Debate com a sala (10 minutos): Nessa etapa, o professor e a turma irão discutir os temas debatidos em sala de aula, de modo a construir um modo crítico de se olhar para a história. (Recursos: voz, pincel e quadro)</p>
--

Recursos
<p>Voz</p> <p>Quadro</p> <p>Pincel</p>

Avaliação
<p>1- A avaliação será feita de forma qualitativa, analisando a participação dos estudantes nas atividades propostas em aula.</p>

Referências
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>MARCUSE, Herbert. Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social / Herbert Marcuse; tradução de Marília Barroso. - 2• ed. Rio de Janeiro: Paz e- Terra, 1978. (Coleção O Mundo, Hoje; v. 28)</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assim chamada concepção materialista da história foi, por um longo tempo, compreendida por diversos autores – marxistas e não marxistas – como uma filosofia da história, entendida aqui como uma concepção que vê a história enquanto um processo linear que segue inequivocamente rumo ao seu objetivo final – e como tal, teleológica.

No primeiro capítulo, buscamos polemizar com essa perspectiva, compreendendo em que medida Marx se aproxima ou se afasta da filosofia hegeliana. Constatou-se que a afirmação polêmica de Hegel, de acordo com a qual o real é racional, teve uma grande importância para o teórico do socialismo científico, na medida em que possibilitou a Marx compreender a negação do sistema capitalista não meramente como um postulado moral, mas enquanto uma negação objetiva engendrada pelo próprio sistema. Mostrou-se, contudo, que tal negação não significa a inevitabilidade da superação deste modo de produção, mas uma possibilidade objetiva de superá-lo, que, no entanto, para se realizar, depende da ação humana revolucionária.

No mesmo capítulo, em segundo momento, contestou-se a ideia de que em Marx os homens são arrastados inconscientemente para o objetivo universal da história, dado a eles antecipadamente. Para tal, recorreu-se à discussão sobre a relação dialética entre subjetividade e objetividade, consciência e inconsciência, na obra do alemão. Concluiu-se, ao longo do trabalho, que para Marx a história é feita pelos homens tanto de forma consciente quanto inconsciente – consciente pois a história nada mais é que a atividade dos homens perseguindo os objetivos que eles mesmos traçaram; inconsciente porque os resultados destas atividades podem transcender as intenções e expectativas dos indivíduos, se colocando de forma inconsciente. Notou-se, ainda, que para Marx, a ação do homem na história inclui tanto a objetividade quanto a subjetividade – se os homens escolhem fazer sua história, eles, contudo, não escolhem as condições nas quais a fazem, condições estas que delimitam as próprias formas de suas lutas, seus objetivos e suas possibilidades de sucesso. A concepção marxiana da história é, neste sentido, uma tentativa de superar dialeticamente a oposição sujeito-objeto, compreendendo a objetividade e a subjetividade enquanto unidades dialéticas, em que um se transforma constantemente em seu oposto.

No segundo capítulo, buscou-se fazer uma pequena discussão sobre a importância do tema para as salas de aula e criar uma contribuição – um plano de aula – que permitisse a discussão aqui feita no ambiente da escolar.

Conclui-se, por fim, que a concepção marxiana da história, enquanto uma visão crítica das filosofias da história – e não uma continuidade dessas, como comumente sugerido – possui uma importância fundamental para a formação dos professores de história, na medida em que possibilita problematizações sobre o conceito e uma visão mais crítica dos processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. "Maquiavel e Marx". In: *Escritos políticos*. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Boitempo, 2017.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução Orlando Vitorino.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, 1770-1831. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*; introdução de Robert S. Hartman; Tradução de Beatriz Sidou. -- 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

KOFLER, Leo. *História e Dialética*. Tradução: José Paulo Neto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

LOSURDO, Domenico. *Hegel e a Liberdade dos Modernos*. Tradução: Diego Silveira Coelho Ferreira, Ana Maria Chiarini. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção O Mundo, Hoje; v. 28)

MARCUSE, Herbert. *The History of Dialectics*. In: MARCUSE, Herbert. *Marxism, Revolution and Utopia*. Collected Papers of Herbert Marcuse. Ed. Douglas Kellner e Clayton Pierce. New York: Routledge, 2014.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélcio Schneider.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. Tradução: Marcelo Backers. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

OTHERO, Carolina de Oliveira Silva. Um olhar para a Base Nacional Comum Curricular a partir de experiências docentes: entre os dispositivos de controle e estratégias de resistência no ensino de história. In: OLIVEIRA, G. S.; NASCIMENTO, M. R. CUNHA, N. R. C. (Org.). *Ensino de História: debates sobre questões contemporâneas*. 1. ed. Recife: EDUPE, 2024. Disponível em: <https://www.edupe.upe.br/index.php/ensino-de-historia-debatessobre-questoes-contemporaneas>

PAWLACZYK, Krystian. *The Idea of Historiosophy in August Cieszkowski's Early Writing*. Tradução nossa. Copyright Logos Verlag Berlin GmbH: 2021.